



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho

CGAUC - Coordenação-Geral de Auditoria e Contencioso, Em 30/08/2019.

Decisão de Recurso (SPREV) SEI nº 14/2019/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME

ENTE FEDERATIVO:	MUNICÍPIO DE CURITIBA - PR
CNPJ:	76.417.005/0001-86
ENDEREÇO:	Avenida Cândido de Abreu nº 817 - Centro Cívico
CEP:	80530-908
UNIDADE GESTORA:	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba - IPMC
CNPJ:	76.608.736/0001-09
ENDEREÇO:	Avenida João Gualberto nº 623 - Mezanino - Edifício Delta - Curitiba - PR
CEP:	80030-000
PROCESSO:	Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 10133.101778/2017-30
ASSUNTO:	Revisão de Julgado em Grau de Recurso

EMENTA: REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. RECURSO ADMINISTRATIVO REVESTIDO DOS PRESSUPOSTOS REQUERIDOS. **REGULARIZAÇÃO.**

Critérios:

“Caráter contributivo (Repasse) – Decisão Administrativa”: alterar, no CADPREV, a situação do ente federativo de “Irregular” para **“REGULAR”**.

“Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa”: alterar, no CADPREV, a situação do ente federativo de “Em análise” para **“REGULAR”**.

Envio da presente Decisão ao representante legal do ente federativo.

Envio de cópia da presente Decisão à Unidade Gestora do RPPS – Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba - IPMC, para conhecimento.

Extinção e arquivamento do Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 10133.101778/2017-30 (art. 52 e 69 da Lei nº 9.784/1999), resguardadas as prerrogativas arremadas no artigo 17 e parágrafos da Portaria MPS nº 530, de 24/11/2014.

I – ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

RELATÓRIO

1. Trata-se de novo recurso interposto pelo Ente, objetivando a correção da irregularidade sancionada no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV, em face da Decisão de Recurso SEI nº 27/2018/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV-MF, de 14 de novembro de 2018, proferido nos autos do Processo Administrativo Previdenciário – PAP nº 134/2017, instaurado em decorrência da Notificação de Auditoria-Fiscal - NAF nº 134/2017.

2. Em face do aludido decisório, foi alterada a situação do ente federativo para “**IRREGULAR**”, em relação aos critérios “*Unidade Gestora e Regime Próprio Únicos*”; “*Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*” e “*Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa*”, com fundamento no art. 16, III, da Portaria MPS nº 530/2014, bem como, extinto e arquivado o processo, por infringência ao art. 1º, II, da Lei nº 9.717/1998, e legislação infra.
3. Inconformado com a decisão retro, o interessado juntou o Ofício nº 248/2018 - GAB/IPMC, de 17 de dezembro de 2017, instruído com documentos, que, após análise, resultou na reparação do critério “*Unidade Gestora e Regime Próprio Únicos*”, em virtude do Despacho de Justificativa SEI nº 2/2019/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV-ME, no qual frisou, ainda, que não foram apresentadas “*justificativas em relação aos outros critérios irregulares*”.
4. Visando a correção das irregularidades remanescentes, o ente acostou os Ofícios nº 052/2019-GAB/IPMC e nº 059/2019-GAB/IPMC, respectivamente, de 08 e 12 de março de 2019, instruídos com documentação limitada à discrepância envolvendo o critério “*Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa*”. Após análise, foi proferido o Despacho de Justificativas SEI nº 58/2019/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME, de 17 de abril de 2019, que concluiu pela necessidade de baixa do processo em diligência para confirmação de dados e informações necessárias à formação do juízo de certeza do julgador.
5. A resposta aos questionamentos foi dada através da Informação da Auditoria Direta - Diligência SEI nº 16/2019/AUDIT/COAUD/CGAUC/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME, em 07 de julho de 2019, que subsidia a análise do presente Despacho.
6. Conjuntamente, através do Ofício nº 37/2019/SMFI, da Prefeitura Municipal de Curitiba, e documentação anexa, juntados ao Processo em 03 de julho de 2019, o Ente reafirmou sua discordância quanto à irregularidade atribuída ao critério “*Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*”, solicitando a revisão do entendimento anteriormente firmado.
7. **É o relatório.**

DA ANÁLISE

Preliminar

8. A princípio, cumpre-se destacar que, o PAP em questão, já se encontrava extinto e arquivado, em face da situação identificada pelo Despacho de Preclusão SEI nº 86/2017/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV/MF, de 17 de julho de 2018. Todavia, em razão dos novos argumentos e provas trazidos aos autos, serão estes recepcionados como RECURSO e analisados como **REVISÃO DE JULGADO EM GRAU DE RECURSO**, na qual será reavaliado o mérito da Decisão de Recurso SEI nº 27/2018, pronunciando-se acerca da regularidade ou adequação dos critérios sancionados como **IRREGULAR**, tudo à luz da ordem gravada no art. 18 da Portaria nº 530/2014, onde estabelece que “*A NAF, a DN e a DR poderão ser revistas de ofício pela autoridade julgadora ou por autoridade superior quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes, suscetíveis de justificar a inadequação da exigência ou sanção aplicada*” (grifos acrescidos).
9. Ainda, em sede preliminar, com relação às peças trazidas aos autos mediante cópia, são recepcionadas e conhecidas com amparo no § 2º do art. 5º da Portaria nº 530, de 24 de novembro de 2014, com a redação dada pela Portaria nº 577, de 27 de novembro de 2017, onde estabelece que “*Ficam dispensados o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no país e destinados a fazer prova junto aos autos, exceto se existir dúvida fundada quanto à sua autenticidade ou à previsão legal*”.
10. Com a baixa do processo em grau de diligência, o status no critério “*Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa*” foi alterado de **IRREGULAR** para **EM ANÁLISE**, no CADPREV, em face da suspensão da irregularidade estabelecida com fulcro no § 2º do art. 17 da Portaria MPS nº 530, de 24 de novembro de 2014.

Das Conclusões da Decisão de Recurso

11. Em relação ao critério “*Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*”, assentou a referida Decisão que:

6.2. O fato motivador do não acatamento da compensação promovida entre o Município de Curitiba e o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba - IPMC, consiste em que o Sistema Previdenciário do Município apresenta situação de desequilíbrio financeiro e atuarial, com consecutivos déficits atuariais a desautorizar o ato realizado.

6.3. A compensação realizada não se coaduna com o equilíbrio financeiro e atuarial do Sistema Previdenciário do Município. O equilíbrio financeiro e atuarial é princípio fundamental e estruturante consagrado no artigo 40 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 9.717/1998 e na Lei de Responsabilidade Fiscal, que deve ser considerado na elaboração, interpretação e aplicação de toda a legislação relacionada aos Regimes Próprios de Previdência Social.

6.4. Consultando os Demonstrativos de Resultados das Avaliações Atuariais realizadas no Regime Próprio de Previdência Social do Município de Curitiba/PR, constata-se a existência de sucessivos déficits que montam mais de quinze bilhões de reais.

[...]

6.10. Destarte, em conformidade com a Nota Técnica nº 04/2012/CGNALCGACI/DRPSP/SPPS/MPS, não cabe compensação com as contribuições previdenciárias, aportes e parcelas de parcelamentos legislados, os quais constituem encargos ou obrigações do Município para com o Regime Próprio de Previdência Social. Como especificado, as compensações realizadas ensejam o agravamento da preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do Sistema Previdenciário do Município de Curitiba.

6.11. Sobre os argumentos do ente federativo acerca da Nota Técnica nº 04/2012 cumpre esclarecer que, pelo princípio da legalidade, um dos princípios basilares da atuação da administração pública, esta não tem o poder de decidir pela legalidade ou ilegalidade de um ato normativo, muito menos pela sua constitucionalidade ou inconstitucionalidade. Porém, tem a obrigação de dar andamento ao processo administrativo (no caso, a este Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 134/2017) em conformidade com o disposto nos atos administrativos de regência, como é o caso do contido na mencionada Nota Técnica.

6.12. Um dos fundamentos legais da emissão dessa Nota Técnica é a necessidade de preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, posto que, o não repasse das contribuições, aportes para o equacionamento do déficit e parcelas dos parcelamentos celebrados - todos estabelecidos legalmente na legislação previdenciária do Município de Curitiba - convergem para o agravamento do equilíbrio financeiro e atuarial, ausente no Sistema Previdenciário do Município de Curitiba/PR.

[...]

6.14. No presente caso, considerando que a Nota Técnica nº 04/2012 - cujo fundamento consiste, entre outros, na necessidade de preservação do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social - as compensações não poderiam ser realizadas, pela razão de que o Sistema Previdenciário do Município de Curitiba/PR, apresenta situação deficitária. A restituição de contribuições indevidamente repassadas ao IPMC na modalidade de compensação é contrária à construção e preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS do Município de Curitiba.

6.15. Destarte, conclui-se por não sanadas as desconformidades atribuídas no critério **Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa**, no que concerne:

6.15.1. Às compensações efetuadas e que resultaram na falta de repasse/recolhimento da contribuição previdenciária ao encargo do Município (a denominada quota "patronal") no montante de **R\$ 61.675.929,19 (valor originário)**, pertinente ao período compreendido entre as competências de fevereiro/2017 a maio/2017;

6.15.2. Às compensações efetuadas e que resultam na falta de repasse/recolhimento das contribuições previdenciárias normais ao encargo do Município (a denominada quota patronal) no montante de **R\$ 91.770.301,61 (valor originário)**, correspondente ao período compreendido entre as competências de junho/2017 a agosto/2017.

6.16. Quanto aos aportes mensais para cobertura do déficit atuarial instituído pela Lei Municipal nº 12.821/2008:

[...]

6.16.4. No que tange aos aportes para a cobertura do déficit (Lei Municipal nº 12.821/2008), os aportes não quitados referentes aos meses de 09/2016 (R\$ 29.564.287,29); 10/2016 (R\$ 30.871.059,54); 11/2016 (R\$ 32.058.025,39); 12/2016 (primeira parcela no valor de R\$ 32.775.122,75) e 12/2016 (segunda parcela no valor de R\$ 20.207.554,63) foram parcelados através do Acordo CADPREV 01827/2017, que já se encontra aceito no Sistema CADPREV Web.

6.16.5. Esse parcelamento sana parcialmente a falta de repasse do período correspondente aos meses de 09/2016 a 12/2016 (1ª e 2ª parcelas). O total parcelado no Acordo CADPREV 01827/2017, no montante de R\$ 145.476.049,60 (valor originário) foi parcelado em 200 parcelas mensais e sucessivas, consoante o permissivo contido no artigo 5º A, da Portaria MPS 402/2008, na redação dada pela Portaria MF nº 333, de 11.07.2017.

6.16.6. No entanto, resta não sanada a falta dos repasses correspondentes a 01/2017 (R\$ 34.110.706,44); 02/2017 (R\$ 34.909.050,82); 03/2017 (R\$ 35.035.810,36); 04/2017 (R\$ 36.795.027,69) e 05/2017 (R\$ 37.785.777,84). Esse período, especificado no item 2.8.4, subitem 2 "a" do Relatório de Auditoria, perfaz o montante de **R\$ 178.636.373,15**. E resta não sanada pela razão de que os aportes mensais de janeiro/2017 a maio/2017 constituíam em obrigação de fazer atribuída ao Município pela Lei Municipal nº 12.821/2008.

[...]

6.33. No que tange ao apontamento da auditoria no que diz respeito a não quitação de parcelas a partir de junho/2017, concernentes aos Acordos de Parcelamento (Acordo CADPREV-Web nºs 723/2016 e 132/2017), as parcelas não quitadas apontadas pela auditoria correspondem a:

a) Acordo CADPREV-Web nº 723/2016: 9ª parcela no valor de R\$ 4.137.909,55; 10ª parcela no valor de R\$ 4.145.059,59; 11ª parcela no valor de R\$ 4.171.767,32.

b) Acordo CADPREV-Web nº 132/2017: 4ª parcela no valor de R\$ 1.602.968,26; 5ª parcela no valor de R\$ 1.606.041,31; 6ª parcela no valor de R\$ 1.616.600,18, parcelas essas a partir de junho/2017.

6.34. Por todo o exposto, conclui-se por não sanadas as irregularidades apontadas no critério **"Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa"**.

12. Quanto ao critério "*Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa*", entendeu a Decisão que:

7.4. A legislação municipal estabeleceu, anteriormente, a taxa fixa de 2% (dois por cento) e, hodiernamente, a taxa fixa de 1% (um por cento) sobre a remuneração dos servidores vinculados ao RPPS municipal, como contrapartida para a realização e execução dos serviços inerentes ao Sistema Previdenciário do Município. Não há na legislação desse Sistema, qualquer dispositivo que determinasse a devolução, ao Tesouro Municipal, de valores dessa Taxa de Administração que não fossem utilizados pela Unidade Gestora do RPPS. No entanto, o artigo 33 da Lei Municipal nº 9.626/1999 (lei que dispõe sobre o Sistema de Seguridade do Município de Curitiba) estabelece e determina que à exceção do recolhimento indevido, não pode haver restituição de contribuições. Ora, o recolhimento ou repasse ao IPMC dos valores da Taxa de Administração não se constituem em recolhimento ou repasse indevido, posto que, esses valores foram devidamente estabelecidos na legislação que rege o Sistema Previdenciário do Município de Curitiba.

7.5. Os valores não utilizados estavam contabilmente demonstrados, eram aplicados em fundos de renda (aplicações financeiras) e incorporavam o patrimônio dos segurados albergados pelo Sistema Previdenciário do Município/Regime Próprio de Previdência Social. Havia um fundo financeiro constituído, e esse fundo tinha finalidade previdenciária, posto que, inerente à administração do Sistema. A criação desse fundo está implícita na legislação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Curitiba pela razão de que a instituição de uma Taxa de Administração atribuída ao Município, objetivando a administração do Sistema Previdenciário Municipal está contemplada no normativo que rege o RPPS do Município de Curitiba/PR.

[...]

7.10. Dos dispositivos legais transcritos extrai-se que:

- a) Os recursos da Taxa de Administração e seus rendimentos são recursos previdenciários vinculados ao RPPS ou ao fundo de previdência;
- b) Os recursos previdenciários só podem ser utilizados para o pagamento dos benefícios previdenciários e para a Taxa de Administração;
- c) Os recursos financeiros da Taxa de Administração serão destinados exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS.

7.11. Em adição aos dispositivos legais transcritos constata-se que, a Legislação do Sistema Previdenciário do Município de Curitiba também corrobora a afirmativa de que os recursos advindos da Taxa Administrativa pertencem ao patrimônio do seu Regime Próprio de Previdência Social (IPMC). A Lei Municipal nº 9.626/1999, que dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores do Município de Curitiba, ao tratar do patrimônio e das receitas desse Sistema, estabelece que:

Art. 23. O patrimônio do IPMC é formado:

[...]

II - pelos bens e direitos que vier adquirir, inclusive por destinação do Município.

[...]

Art. 24. Constituem receitas do IPMC:

I - as parcelas de recursos a ele destinadas, formadas pelas contribuições do Município e dos servidores ativos e inativos, e dos pensionistas;

II - os recursos constantes das dotações destinadas pelo Município;

II - o produto das aplicações e investimentos realizados com os seus recursos e da alienação de seus bens e direitos;

IV - os aluguéis e outros rendimentos derivados de seus bens e direitos;

V - os recursos financeiros que forem destinados à Entidade.

Art. 25. Os bens e direitos patrimoniais, **assim como as receitas não poderão ter destinação diversa da estabelecida na legislação de regência.** (grifos e negritos nossos)

7.12. Pelos dispositivos acima transcritos, extraídos da própria legislação do Sistema Previdenciário do Município de Curitiba, constata-se que, os recursos advindos da Taxa de Administração, além de constituírem um direito e um patrimônio do Instituto Previdenciário, também constituem receitas do RPPS/IPMC.

8. Por todo o exposto, no que tange à devolução de valores da Taxa de Administração ao Tesouro Municipal, incluindo o contido na Decisão Notificação SEI nº 25/2018/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV/MF, conclui-se por não sanada a irregularidade apontada no critério "*Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa*".

Do Despacho de Justificativas SEI nº 58/2019

13. No exame dos documentos trazidos ao Processo pelo Ente, para análise de justificativas, mediante procedimento de auditoria indireta, assentou o auditor as seguintes conclusões:

9.3. Examinando as peças processuais disponibilizadas no SEI:

9.3.1. Certifica-se da juntada de vasta documentação segregada por exercícios, de 2012 a 2017, constituída de normas afetas à taxa de administração, demonstrativos de distribuição de recursos, fluxos financeiros e extratos bancários, dentre outros, conforme arquivos alinhados abaixo.

Notificação 134/2017 - 2012 (1925092)

Notificação 134 /2017 - 2013 (1925110)

Notificação 134/2017 - 2014 (1925122)

Notificação 134/2017 - 2015 (1925140)

Notificação 134/2017 - 2016 (1925154)

Notificação 134/2017 - 2017 (1925167)

Complemento NAF 134/2017 (1925186)

9.3.2. Posteriormente, em adição aos documentos acostados, o representante da Unidade Gestora enviou a planilha consolidada com as receitas e despesas do IPMC, abrangendo os exercícios de 2012 a 2019 (E-mail SUBSÍDIO (2138312), cujos termos da mensagem reproduz-se abaixo, inclusive, com cópia do aludido demonstrativo:

"....., encaminho o fluxo financeiro da Taxa de Administração do IPMC no período 2012 a 2019. Trata-se da movimentação financeira efetiva (mensal):

- saldo disponível em 31/12/2011;
- repasses recebidos e rendimentos auferidos nas aplicações (receitas);
- despesas efetivamente pagas e devoluções efetuadas ao Tesouro Municipal (despesas);
- saldos financeiros ao final de cada período.

Importante salientar que estes recursos, por se tratarem de recursos orçamentários do tesouro municipal (para os municípios do Paraná classificados como Fonte 001 - Tesouro Descentralizado), nos termos da legislação que rege a construção da peça orçamentária, não se vinculam com os recursos previdenciários (fonte 040 para a contribuição do servidor, da patronal e do aporte e, fonte 551 para as receitas do Comprev), ainda que os limites de repasses do tesouro ao IPMC estejam calcados no regramento da taxa de administração.

E, é exatamente neste contexto, que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná determinou a devolução de saldos destes recursos ao Tesouro.

Assim, solicito sua análise quanto ao material anexo e, entendendo adequado à continuidade da análise por essa SPREV na questão, poderemos providenciar o envio por outros canais (Gescon ou outros).

.....

MÊS/ANO	REPASSE	RENDIMENTOS	TOTAL RECEITA	DESPESA PAGA	DEVOLUÇÃO TESOURO	TOTAL DESPESA	SALDO BANCO
dez-11							8.663.223,67
jan-12	-	93.614,60	8.756.838,27	742.134,82		742.134,82	8.014.703,45
fev-12	12.564.424,08	122.257,16	20.701.384,69	827.459,62		827.459,62	19.873.925,07
mar-12	-	178.529,34	20.052.454,41	883.181,66	7.779.689,56	8.662.871,22	11.389.583,19
abr-12	-	137.072,55	11.526.655,74	853.774,37		853.774,37	10.672.881,37
mai-12	2.374.306,76	120.780,48	13.167.968,61	704.224,87		704.224,87	12.463.743,74
jun-12	2.374.306,76	99.078,07	14.937.128,57	695.127,41		695.127,41	14.242.001,16
jul-12	2.374.306,76	147.485,13	16.763.793,05	572.411,34		572.411,34	16.191.381,71
ago-12	2.374.306,76	133.835,18	18.699.523,65	866.830,40		866.830,40	17.832.693,25
set-12	-	98.657,83	17.931.351,08	3.955.595,20		3.955.595,20	13.975.755,88
out-12	-	220.607,94	14.196.363,82	717.034,02		717.034,02	13.479.329,80
nov-12	-	57.794,02	13.537.123,82	851.008,45		851.008,45	12.686.115,37
dez-12	2.374.306,76	127.500,85	15.187.922,98	747.451,49		747.451,49	14.440.471,49
TOTAL 2012	24.435.957,88	1.537.213,15	25.973.171,03	12.416.233,65	7.779.689,56	20.195.923,21	14.440.471,49
jan-13	-	20.570,90	14.461.042,39	605.595,77		605.595,77	13.855.446,62
fev-13	-	-6.533,72	13.848.912,90	403.439,60		403.439,60	13.445.473,30
mar-13	8.565.200,82	19.224,06	22.029.898,18	442.741,18		442.741,18	21.587.157,00
abr-13	2.855.066,94	80.980,40	24.523.204,34	452.013,83	13.859.008,63	14.311.022,46	10.212.181,88
mai-13	2.855.066,94	-174.138,40	12.893.110,42	741.790,85		741.790,85	12.151.319,57
jun-13	2.855.066,94	-112.116,62	14.894.269,89	463.219,38		463.219,38	14.431.050,51
jul-13	2.855.066,94	145.218,45	17.431.335,90	532.590,21		532.590,21	16.898.745,69
ago-13	2.855.066,94	-79.580,53	19.674.232,10	583.343,08		583.343,08	19.090.889,02

set-13	2.855.066,94	140.104,25	22.086.060,21	409.674,67		409.674,67	21.676.385,54
out-13	2.855.066,94	115.156,53	24.646.609,01	2.554.954,06	13.849.962,53	16.404.916,59	8.241.692,42
nov-13	-	-77.944,91	8.163.747,51	554.428,11		554.428,11	7.609.319,40
dez-13	2.855.066,94	71.751,33	10.536.137,67	465.450,26	4.656.728,16	5.122.178,42	5.413.959,25
TOTAL 2013	31.405.736,34	142.691,74	31.548.428,08	8.209.241,00	32.365.699,32	40.574.940,32	5.413.959,25
jan-14	2.855.066,94	-66.115,87	8.202.910,32	727.947,62		727.947,62	7.474.962,70
fev-14	2.977.756,01	189.867,14	10.642.585,85	355.058,13		355.058,13	10.287.527,72
mar-14	5.955.512,02	83.499,43	16.326.539,17	758.736,27		758.736,27	15.567.802,90
abr-14	2.977.756,01	149.052,23	18.694.611,14	629.599,45	11.080.018,67	11.709.618,12	6.984.993,02
mai-14	2.977.756,01	160.540,96	10.123.289,99	703.707,32		703.707,32	9.419.582,67
jun-14	-	51.290,51	9.470.873,18	834.763,84	4.084.645,07	4.919.408,91	4.551.464,27
jul-14	2.977.756,01	102.580,19	7.631.800,47	608.227,55		608.227,55	7.023.572,92
ago-14	-	52.672,53	7.076.245,45	958.582,32	4.001.268,39	4.959.850,71	2.116.394,74
set-14	-	19.156,86	2.135.551,60	671.245,34		671.245,34	1.464.306,26
out-14	-	13.216,23	1.477.522,49	538.524,39		538.524,39	938.998,10
nov-14	2.977.756,01	14.095,39	3.930.849,50	846.928,62		846.928,62	3.083.920,88
dez-14		27.999,06	3.111.919,94	850.829,91		850.829,91	2.261.090,03
TOTAL 2014	23.699.359,01	797.854,66	24.497.213,67	8.484.150,76	19.165.932,13	27.650.082,89	2.261.090,03
jan-15	-	21.300,89	2.282.390,92	541.900,12		541.900,12	1.740.490,80
fev-15	3.476.668,38	13.454,86	5.230.614,04	757.691,98		757.691,98	4.472.922,06
mar-15	-	44.876,49	4.517.798,55	636.455,82		636.455,82	3.881.342,73
abr-15	-	36.838,95	3.918.181,68	513.217,24		513.217,24	3.404.964,44
mai-15	-	33.936,29	3.438.900,73	813.595,99		813.595,99	2.625.304,74
jun-15	16.088.780,05	26.091,93	18.740.176,72	899.675,33	14.888.780,05	15.788.455,38	2.951.721,34
jul-15	1.200.000,00	33.874,85	4.185.596,19	671.702,20		671.702,20	3.513.893,99
ago-15	1.076.668,38	36.212,20	4.626.774,57	565.419,75		565.419,75	4.061.354,82
set-15	-	43.222,33	4.104.577,15	367.080,77		367.080,77	3.737.496,38
out-15	-	41.098,94	3.778.595,32	493.786,70		493.786,70	3.284.808,62
nov-15	-	32.870,47	3.317.679,09	872.151,21		872.151,21	2.445.527,88
dez-15	700.000,00	31.064,46	3.176.592,34	804.478,24		804.478,24	2.372.114,10
TOTAL 2015	22.542.116,81	394.842,66	22.936.959,47	7.937.155,35	14.888.780,05	22.825.935,40	2.372.114,10
jan-16	-	25.867,51	2.397.981,61	802.900,51		802.900,51	1.595.081,10
fev-16	1.000.000,00	19.696,69	2.614.777,79	984.758,47		984.758,47	1.630.019,32
mar-16	35.066.683,80	52.438,84	36.749.141,96	954.414,15		954.414,15	35.794.727,81
abr-16	1.000.000,00	21.599,87	36.816.327,68	1.214.729,21		1.214.729,21	35.601.598,47
mai-16	500.000,00	16.582,81	36.118.181,28	495.436,53	34.066.683,80	34.562.120,33	1.556.060,95
jun-16	393.296,95	17.092,39	1.966.450,29	480.859,46		480.859,46	1.485.590,83
jul-16	-	15.598,63	1.501.189,46	545.532,78		545.532,78	955.656,68
ago-16	1.000.000,00	21.383,17	1.977.039,85	410.994,78		410.994,78	1.566.045,07
set-16	1.000.000,00	23.085,77	2.589.130,84	429.296,35		429.296,35	2.159.834,49
out-16	-	21.747,53	2.181.582,02	436.617,92		436.617,92	1.744.964,10
nov-16	40.826.266,50	39.363,01	42.610.593,61	479.509,65	39.826.266,50	40.305.776,15	2.304.817,46
dez-16	-	11.888,35	2.316.705,81	1.973.683,29		1.973.683,29	343.022,52
TOTAL 2016	80.786.247,25	286.344,57	81.072.591,82	9.208.733,10	73.892.950,30	83.101.683,40	343.022,52
jan-17	575.000,00	5.153,89	923.176,41	354.292,55		354.292,55	568.883,86
fev-17	585.252,51	7.641,67	1.161.778,04	523.844,13		523.844,13	637.933,91
mar-17	891.127,00	12.189,83	1.541.250,74	494.935,63		494.935,63	1.046.315,11
abr-17	728.497,00	9.012,11	1.783.824,22	457.595,90		457.595,90	1.326.228,32
mai-17	705.049,00	14.537,11	2.045.814,43	469.056,59		469.056,59	1.576.757,84
jun-17	23.497.221,67	22.342,00	25.096.321,51	630.874,76	22.102.947,61	22.733.822,37	2.362.499,14
jul-17	1.469.990,59	18.870,88	3.851.360,61	620.134,09		620.134,09	3.231.226,52
ago-17	2.248.512,26	24.739,55	5.504.478,33	588.057,93		588.057,93	4.916.420,40
set-17	2.248.512,26	40.239,93	7.205.172,59	499.119,14		499.119,14	6.706.053,45
out-17	2.248.512,26	31.236,03	8.985.801,74	1.096.107,14		1.096.107,14	7.889.694,60
nov-17	2.248.512,26	13.267,85	10.151.474,71	1.964.243,81		1.964.243,81	8.187.230,90
dez-17	2.248.512,27	76.931,19	10.512.674,36	954.551,45		954.551,45	9.558.122,91
TOTAL 2017	39.694.699,08	276.162,04	39.970.861,12	8.652.813,12	22.102.947,61	30.755.760,73	9.558.122,91
jan-18	2.344.201,38	91.294,11	11.993.618,40	1.093.009,08		1.093.009,08	10.900.609,32
fev-18	2.344.201,38	94.115,50	13.338.926,20	1.224.123,97		1.224.123,97	12.114.802,23
mar-18	2.344.201,38	160.951,37	14.619.954,98	1.032.095,42		1.032.095,42	13.587.859,56
abr-18	2.344.201,38	73.598,24	16.005.659,18	1.074.164,28		1.074.164,28	14.931.494,90
mai-18	2.344.201,38	-206.475,77	17.069.220,51	952.453,95		952.453,95	16.116.766,56
jun-18	2.344.201,38	19.869,21	18.480.837,15	724.700,13		724.700,13	17.756.137,02
jul-18	2.344.201,38	221.452,06	20.321.790,46	906.093,92		906.093,92	19.415.696,54
ago-18	2.344.201,38	-60.971,62	21.698.926,30	1.032.641,12		1.032.641,12	20.666.285,18
set-18	2.344.201,38	218.130,43	23.228.616,99	859.116,29		859.116,29	22.369.500,70
out-18	2.344.201,38	499.906,43	25.213.608,51	973.042,09		973.042,09	24.240.566,42
nov-18	2.344.201,38	103.512,31	26.688.280,11	2.515.555,06		2.515.555,06	24.172.725,05
dez-18	2.344.257,22	296.955,34	26.813.937,61	1.211.810,88		1.211.810,88	25.602.126,73
TOTAL 2018	28.130.472,40	1.512.337,61	29.642.810,01	13.598.806,19	-	13.598.806,19	25.602.126,73
jan-19		300.357,52	25.902.484,25	1.136.886,78		1.136.886,78	24.765.597,47
fev-19		114.402,71	24.880.000,18	1.302.818,87		1.302.818,87	23.577.181,31
mar-19	71.284,49	142.887,49	23.791.353,29	1.155.631,67		1.155.631,67	22.635.721,62

9.3.3. Entretanto, previamente à análise meritória, verifica-se que, além da acentuada discrepância entre os valores notificados e aqueles constantes das peças ora carreadas e consolidados na planilha acima, a documentação em apreço, nas quais o interessado apoia sua argumentação, exibem datas compreendidas no período coberto pela auditoria-fiscal, de 01/2012 a 08/2017, o que leva à presunção de se tratar de material probatório já conhecido e trabalhado durante a ação ou que deixou de ser apresentado oportunamente à autoridade fiscalizadora. De uma forma ou de outra, trata-se de deliberação restrita do Auditor-Fiscal da ação, tornando-se, assim, imprescindível a submissão da matéria ao mesmo.

Da Informação Fiscal

14. Através do Despacho de Justificativas SEI nº 58/2019, foi requerida a baixa do processo em diligência, com o objetivo expresso de instruir o processo com a resposta aos seguintes questionamentos:

- a) Se houve sobras do custeio administrativo (taxa de administração) e, em caso afirmativo, se as mesmas foram ou não incluídas no ativo do plano de avaliação atuarial para efeito de apuração da reserva matemática;
- b) O saldo inicial da conta de despesas administrativas do exercício 2012;
- c) O valor dos rendimentos das aplicações financeiras;
- d) O valor do repasse à Unidade Gestora de recursos para a cobertura das despesas administrativas;
- e) O valor das despesas administrativas realizadas; e,
- f) O valor efetivamente devolvido ao Tesouro Municipal.

15. Em resposta à demanda proposta, foi procedida a diligência fiscal, cujas conclusões estão expostas na Informação da Auditoria Direta - Diligência SEI nº 16/2019, na qual o auditor afirma que:

2.3. Inicialmente convém informar que, em relação ao Relatório de Auditoria Direta anterior, nesta Informação da Auditoria foi revisado o cálculo do limite permitido para gastos com as despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS (Taxa de Administração) nos exercícios de 2012 a 2016, com base no valor total das remunerações, proventos e pensões pagos em cada exercício imediatamente anterior, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 9.717/1998, no artigo 17, § 3º, da Portaria MPAS nº 4.992/1999 e no artigo 15 da Portaria MPS nº 402/2008.

2.4. Na tabela seguinte está demonstrada Fonte dos Recursos “Fonte: 001 – Recursos do Tesouro (Descentralizados) e Fonte: 040 – Regime Próprio de Previdência Social” e, por solicitação do IPMC, também consta o detalhamento do código conta (fonte identificada nos três dígitos finais) de cada elemento da despesa, com base nas informações coletadas da peça contábil “Natureza da Despesa”. Na verificação da relação Valor Total da Despesa Administrativa do IPMC/Valor Total da Remuneração do Município constatou-se que os gastos com as despesas administrativas realizados pelo IPMC nos exercícios de 2012 a 2016 foram inferiores o limite legal de 2,00% de taxa de administração estabelecido pela legislação municipal, conforme pode ser visto na tabela a seguir:

Elemento da Despesa						
Código	Especificação/Exercícios	2012	2013	2014	2015	2016
3.1.90.09 0 2 040	SALÁRIO-FAMÍLIA	21.406,00	5.536,09	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94 0 2 040	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.732,48	22.904,16	0,00	0,00	0,00
3.3.90.01 0 2 040	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	322.891.250,89	396.397.063,27	469.285.722,18	556.756.418,69	712.189.294,55
3.3.90.03 0 2 040	PENSÕES	50.397.515,89	57.277.706,20	66.404.716,17	76.473.470,94	86.939.812,94
3.3.90.05 0 2 040	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	25.512.014,62	32.615.717,23	10.454.882,78	9.714.257,88	10.670.528,11
3.3.90.08 0 1 040	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	0,00	0,00	28.950.210,03	27.794.182,43	29.618.489,48
3.3.90.09 0 2 040	SALÁRIO-FAMÍLIA	23.452,00	17.987,19	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39 0 2 040	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.500,00	1.000,00	11.000,00	7.000,00	5.000,00
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES					

3.3.90.4/ 0 1 040	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	3.308.379,07
3.3.90.93 0 2 040	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	26.861,20	1.899,98	0,00	330,04	33.656,03
Subtotal das Despesas Correntes - Fonte de Recursos: 040		398.880.733,08	486.339.814,12	575.106.531,16	670.745.659,98	842.765.160,18
3.1.90.11 0 2 001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.352.931,20	1.536.290,05	1.353.627,34	1.608.927,38	1.825.852,42
3.1.90.13 0 2 001	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	23.253,10	89.520,05	55.234,85	75.009,46	74.618,06
3.1.90.16 0 2 001	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	593.709,84	678.020,90	733.939,79	804.133,55	872.018,00
3.1.90.46 0 2 001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	17.737,80	16.543,36	17.462,55	13.224,49	10.103,25
3.1.90.49 0 2 001	AUXÍLIO-TRANSPORTE	31.152,00	31.257,00	31.969,80	34.420,80	26.299,60
3.1.90.91 0 2 001	SENTENÇAS JUDICIAIS	8.721,09	39.285,78	21.690,61	0,00	1.346.259,96
3.1.90.94 0 2 001	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	36.869,72	0,00	17.405,69	0,00
3.1.91.13 0 2 001	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	317.126,96	284.274,58	243.613,08	294.555,67	320.196,78
3.2.90.21 0 1 001	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00	0,00	37,21	120,67	215,84
3.3.90.30 0 2 001	MATERIAL DE CONSUMO	62.520,77	69.054,63	70.621,51	33.987,00	24.209,25
3.3.90.33 0 2 001	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	83.565,92	17.711,75	14.467,38	13.362,35	11.890,76
3.3.90.35 0 2 001	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	39.600,00	44.680,00	43.070,72	0,00	43.800,00
3.3.90.37 0 2 001	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	29.180,00	29.643,31	31.914,82	39.002,10	37.231,95
3.3.90.39 0 2 001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.177.771,06	1.408.890,87	1.767.491,56	1.412.687,67	1.724.074,28
3.3.90.47 0 2 001	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.420.928,91	1.605.625,81	3.568.861,49	3.171.019,21	2.380.410,15
3.3.90.91 0 2 001	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.145.613,21	1.956.394,07	130.106,83	5.897,84	38.588,85
3.3.90.92 0 1 001	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	1.715,39	592,02	353,41
3.3.90.93 0 2 001	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	827,36	960,00	33.376,47	1.595,65	2.071,59
3.3.91.39 0 2 001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.699.649,56	0,00	0,00	0,00	36.586,60
3.3.91.49 0 2 001	AUXÍLIO-TRANSPORTE	29.717,90	28.054,40	28.535,30	31.739,50	0,00
Subtotal das Despesas Correntes - Fonte de Recursos: 001		12.034.006,68	7.873.076,28	8.147.736,70	7.557.681,05	8.774.780,75
4.4.90.52 0 2 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	27.895,49	0,00	18.167,82	0,00	47.782,50
4.6.90.71 0 2 001	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	121.046,44	202.720,19	412.238,53	385.317,25	427.227,67
Subtotal das Despesas de Capital - Fonte de Recursos:		148.941,93	202.720,19	430.406,35	385.317,25	475.010,17

Valor total devido (Taxa de Administração - 2,00%) no Exercício de 2013: R\$ 34.260.803,28							
Detalhamento da Movimentação, por competência – Exercício: 2013							
Comp.	Nº Ofício	Valor Devido	Data do Repasse	Valor Repassado	Data da Devolução	Nº Processo	Valor Devolvido
		(A)		(B)			(C)
jan/13	015/2013 - GAB	2.855.066,94	04/mar/13	2.855.066,94			-
fev/13	015/2013 - GAB	2.855.066,94	04/mar/13	2.855.066,94			-
mar/13	015/2013 - GAB	2.855.066,94	28/mar/13	2.855.066,94			-
abr/13	015/2013 - GAB	2.855.066,94	30/abr/13	2.855.066,94			-
mai/13	015/2013 - GAB	2.855.066,94	29/mai/13	2.855.066,94			-
jun/13	015/2013 - GAB	2.855.066,94	28/jun/13	2.855.066,94			-
jul/13	015/2013 - GAB	2.855.066,94	31/jul/13	2.855.066,94			-
ago/13	015/2013 - GAB	2.855.066,94	30/ago/13	2.855.066,94			-
set/13	015/2013 - GAB	2.855.066,94	30/set/13	2.855.066,94	18/out/13	08-000792/2013	4.349.962,53
out/13	015/2013 - GAB	2.855.066,94	31/out/13	2.855.066,94	18/out/13	08-000792/2013	9.500.000,00
nov/13	015/2013 - GAB	2.855.066,94	12/dez/13	2.855.066,94	18/dez/13	08-000792/2013	1.756.728,16
dez/13	015/2013 - GAB	2.855.066,94	31/jan/14	2.855.066,94	18/dez/13	08-000792/2013	2.900.000,00
TOTAL		34.260.803,28		34.260.803,28			18.506.690,69
VALOR DO DÉBITO NO EXERCÍCIO DE 2013 = (A – B + C)							18.506.690,69
Nota 1: Receita Arrecadada na coluna "Valor Repassado", conforme Razão Analítico do IPMC (Conta: 4.5.1.1.2.02.29 - Prefeitura Municipal de Curitiba - Pmc);							
Nota 2: Os valores que constam na coluna “Valor Devolvido”, conforme Razão Analítico do IPMC (Conta: 3.5.1.1.2.02.29 - Prefeitura Municipal de Curitiba).							

Valor total devido (Taxa de Administração - 2,00%) de 2014: R\$ 35.733.072,12							
Detalhamento da Movimentação, por competência – Exercício: 2014							
Comp.	Nº Ofício	Valor Devido	Data do Repasse	Valor Repassado	Data da Devolução	Nº Processo	Valor Devolvido
		(A)		(B)			(C)
jan/14	019/20134- GAB	2.977.756,01	12/fev/14	2.977.756,01			-
fev/14	019/20134- GAB	2.977.756,01	19/mar/14	2.977.756,01			-
mar/14	019/20134- GAB	2.977.756,01	31/mar/14	2.977.756,01			-
abr/14	019/20134- GAB	2.977.756,01	30/abr/14	2.977.756,01	17/abr/14	08-001163/2014	11.080.018,67
mai/14	019/20134- GAB	2.977.756,01	30/mai/14	2.977.756,01			-
jun/14	019/20134- GAB	2.977.756,01	22/jul/14	2.977.756,01	27/jun/14	08-001163/2014	4.084.645,07
jul/14	019/20134- GAB	2.977.756,01	18-25/11/2014	2.977.756,01			-
ago/14	019/20134- GAB	2.977.756,01	16/jun/15	2.977.756,01	22/ago/14	08-001163/2014	4.001.268,39
set/14	019/20134- GAB	2.977.756,01	16/jun/15	2.977.756,01			-
out/14	019/20134- GAB	2.977.756,01	16/jun/15	2.977.756,01	17/jun/15	08-001075/2015	8.933.268,03
nov/14	019/20134- GAB	2.977.756,01	18/jun/15	2.977.756,01			-
dez/14	019/20134- GAB	2.977.756,01	18/jun/15	2.977.756,01	19/jun/15	08-001075/2015	5.955.512,02
TOTAL		35.733.072,12		35.733.072,12			34.054.712,18
VALOR DO DÉBITO NO EXERCÍCIO DE 2014 = (A – B + C)							34.054.712,18
Nota 1: Receita Arrecadada na coluna "Valor Repassado", conforme Razão Analítico (Conta: 4.5.1.1.2.02.29 -Prefeitura Municipal de Curitiba);							
Nota 2: Os valores que constam na coluna “Valor Devolvido”, conforme Razão Analítico do IPMC (Conta: 3.5.1.1.2.02.29 -Prefeitura Municipal de Curitiba).							

Valor total devido (Taxa de Administração - 2,00%) Exercício de 2015: R\$ 41.720.020,56							
Detalhamento da Movimentação, por competência – Exercício: 2015							
Comp.	Nº Ofício	Valor Devido	Data do Repasse	Valor Repassado	Data da Devolução	Nº Processo	Valor Devolvido
		(A)		(B)			(C)
jan/15	024/2015 - GAB	3.476.668,38	27/fev/15	3.476.668,38			-
fev/15	024/2015 - GAB	3.476.668,38		-			-
mar/15	024/2015 - GAB	3.476.668,38		-			-
abr/15	024/2015 - GAB	3.476.668,38		-			-
mai/15	024/2015 - GAB	3.476.668,38		-			-
jun/15	024/2015 - GAB	3.476.668,38	30/jun/15	1.200.000,00			-
jul/15	024/2015 - GAB	3.476.668,38	31/jul/15	1.200.000,00			-
ago/15	024/2015 - GAB	3.476.668,38	31/ago/15	1.076.668,38			-

set/15	024/2015 - GAB	3.476.668,38		-			-
out/15	024/2015 - GAB	3.476.668,38		-			-
nov/15	024/2015 - GAB	3.476.668,38	23/mar/16	34.066.683,80	28/mar/16	08-001135/2016	34.066.683,80
dez/15	024/2015 - GAB	3.476.668,38	23/dez/15	700.000,00			-
TOTAL		41.720.020,56		41.720.020,56			34.066.683,80
VALOR DO DÉBITO NO EXERCÍCIO DE 2015 = (A – B + C)							34.066.683,80

Nota 1: Receita Arrecadada na coluna "Valor Repassado", conforme Razão Analítico (Conta: 4.5.1.1.2.02.29 -Prefeitura Municipal de Curitiba);
Nota 2: Os valores que constam na coluna "Valor Devolvido", conforme Razão Analítico do IPMC (Conta: 3.5.1.1.2.02.29 -Prefeitura Municipal de Curitiba).

Valor total devido (Taxa de Administração - 2,00%) Exercício de 2016: R\$ 46.719.563,40							
Detalhamento da Movimentação, por competência – Exercício: 2016							
Comp.	Nº Ofício	Valor Devido (A)	Data do Repasse	Valor Repassado (B)	Data da Devolução	Nº Processo	Valor Devolvido (C)
jan/16	009/2016 - GAB	3.893.296,95	30/jun/16	3.893.296,95			-
fev/16	009/2016 - GAB	3.893.296,95	03/ago/16	3.893.296,95			-
mar/16	009/2016 - GAB	3.893.296,95	22/nov/16	3.893.296,95			-
abr/16	009/2016 - GAB	3.893.296,95	22/nov/16	3.893.296,95			-
mai/16	009/2016 - GAB	3.893.296,95	22/nov/16	3.893.296,95			-
jun/16	009/2016 - GAB	3.893.296,95	22/nov/16	3.893.296,95			-
jul/16	009/2016 - GAB	3.893.296,95	22/nov/16	3.893.296,95			-
ago/16	009/2016 - GAB	3.893.296,95	24/nov/16	3.893.296,95			-
set/16	009/2016 - GAB	3.893.296,95	24/nov/16	3.893.296,95			-
out/16	009/2016 - GAB	3.893.296,95	24/nov/16	3.893.296,95	23/nov/16	08-001075/2016	17.466.484,75
nov/16	009/2016 - GAB	3.893.296,95	24/nov/16	3.893.296,95	25/nov/16	08-001075/2016	22.359.781,75
dez/16	009/2016 - GAB	3.893.296,95	24/nov/16	3.893.296,95			-
TOTAL		46.719.563,40		46.719.563,40			39.826.266,50
VALOR DO DÉBITO NO EXERCÍCIO DE 2016 = (A – B + C)							39.826.266,50

Nota 1: Receita Arrecadada na coluna "Valor Repassado", conforme Razão Analítico (Conta: 4.5.1.1.2.02.29 -Prefeitura Municipal de Curitiba);
Nota 2: Os valores que constam na coluna "Valor Devolvido", conforme Razão Analítico do IPMC (Conta: 3.5.1.1.2.02.29 -Prefeitura Municipal de Curitiba).

Valor total devido (Taxa de Administração - 2,00%), até o mês junho de 2017: R\$ 53.964.294,32							
Detalhamento da Movimentação, por competência, até o mês junho de 2017							
Comp.	Nº Ofício	Valor Devido (A)	Data do Repasse	Valor Repassado (B)	Data da Devolução	Nº Processo	Valor Devolvido (C)
jan/17	017/2017 - GAB	4.497.024,53	26/jan/17	575.000,00			-
fev/17	029/2017 - GAB	4.497.024,53	13/fev/17	585.252,51			-
mar/17	079/2017 - GAB	4.497.024,53	10/mar/17	891.127,00			-
abr/17	105/2017 - GAB	4.497.024,53	20/abr/17	728.497,00	28/abr/17	01-098684/2015	102.947,61
mai/17	122/2017 - GAB	4.497.024,53	09/mai/17	705.049,00			-
jun/17	152/2017 - GAB	4.497.024,53	29/jun/17	23.497.221,67	30/jun/17	08-003183/2017	22.000.000,00
jul/17	009/2016 - GAB	-		-			-
ago/17	009/2016 - GAB	-		-			-
set/17	009/2016 - GAB	-		-			-
out/17	009/2016 - GAB	-		-			-
nov/17	009/2016 - GAB	-		-			-
dez/17	009/2016 - GAB	-		-			-
TOTAL		26.982.147,18		26.982.147,18			22.102.947,61
VALOR DEVIDO NO EXERCÍCIO DE 2017 = (A – B + C)							22.102.947,61

Nota 1: Receita Arrecadada na coluna "Valor Repassado", conforme Razão Analítico (Conta: 4.5.1.1.2.02.29 -Prefeitura Municipal de Curitiba);
Nota 2: Os valores que constam na coluna "Valor Devolvido", conforme Razão Analítico do IPMC (Conta: 3.5.1.1.2.02.29 -Prefeitura Municipal de Curitiba);
Nota 3: Os valores repassados restringem-se ao período de JAN-JUN/2017 pelo fato da entrada em vigor do art. 91-B, PU da Lei Municipal nº 15.042, de 28 de junho de 2017, que alterou a Taxa de Administração para 1,00%.

2.9. Em reunião realizada com o Presidente e com o Diretor Administrativo e Financeiro do IPMC, a qual teve como pauta a irregularidade apontada no Relatório de Auditoria em relação ao critério **"Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa"**, estes discordam da apuração

de débito, bem como da ocorrência de qualquer infração a legislação previdenciária, pois alegam que a Lei Orçamentária Anual que estima receitas e fixa despesas do município define as Fontes de Recursos para o RPPS. Assim, segundo eles, os recursos são separados, e para o IPMC as receitas são assim divididas:

- Taxa de Administração têm origem na fonte: 001 – Recursos do Tesouro (Descentralizados);
- Receitas de contribuições previdenciárias são da fonte: 040 – Regime Próprio de Previdência Social;
- Receitas de compensação previdenciária são da fonte: 551 – Compensação Previdenciária.

2.10. Relativamente à Taxa de Administração, o Presidente assevera que os recursos são da fonte 001 – Recursos do tesouro (Descentralizados) são separados e tem destinação específica, qual seja, os recursos correspondentes à taxa de administração só poderiam ser gastos com despesas administrativas do IPMC.

2.11. Alega ainda que os recursos vertidos para o IPMC pelo Tesouro Municipal, no período de JAN/2012 a JUN/2017 (Taxa de Administração – 2,00%), seriam recursos adicionais que não se confundem com recursos previdenciários, pois teriam sido aportados independentemente da contribuição previdenciária computada atuarialmente (Parte Patronal = 22,00%) e, que os recursos aportados pelo Tesouro Municipal excederam a necessidade de recursos efetivamente utilizados para o custeio das despesas administrativas do IPMC no exercício, resultando em sobras de recursos na conta corrente bancária utilizada especificamente para créditos recebidos a título de taxa de administração.

2.12. Diante disso, segundo ele, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná teria determinado ao IPMC a devolução dos recursos excedentes para o Tesouro Municipal.

2.13. Por fim, assevera que não há qualquer infração à legislação previdenciária federal ou municipal no procedimento (devolução dos recursos a título de taxa de administração, ao Tesouro Municipal) que foi realizado no período de JAN/2012 a JUN/2017, pois sustenta que, tendo em vista que os recursos oriundos da fonte 001 (Taxa de Administração) não eram recursos previdenciários, então, estes poderiam ter sido devolvidos ao Tesouro Municipal. Afirma ainda que tal procedimento encontra amparo no art. 41, §5º da Orientação Normativa MPS nº 002/2009. Senão vejamos:

Art. 41. Para cobertura das despesas do RPPS, poderá ser estabelecida, em lei, Taxa de Administração de até dois pontos percentuais do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, observando-se que:

§ 5º. Não serão computados no limite da Taxa de Administração, de que trata este artigo, o valor das despesas do RPPS custeadas diretamente pelo ente e os valores transferidos pelo ente à unidade gestora do RPPS para o pagamento de suas despesas correntes e de capital, desde que não sejam deduzidos dos repasses de recursos previdenciários. (Grifei)

2.14. A auditoria verificou as avaliações atuariais com data base: 31/12/2015, 31/12/2016 e 31/12/2017 e constatou no Parecer Atuarial de cada uma das duas primeiras, que o Atuário alega o seguinte, quanto as despesas administrativas do IPMC "Nesta avaliação não foi adotado carregamento para o custeio das despesas administrativas do RPPS. Desta forma, consideramos que esta despesa é paga ou reembolsada pela Prefeitura adicionalmente às suas alíquotas de contribuição, conforme previsto no art. 91 B da Lei Municipal nº 9.626/1999."

2.15. Não obstante a isso, também foi verificado o resultado atuarial do período, que chama atenção a explicação do Atuário (Nota de rodapé) para a mudança da situação atuarial para "Superávit" na data base 31/12/2017, conforme demonstrado na tabela a seguir:

AVALIAÇÃO ATUARIAL			
Ano Base	Data Base	Situação	Resultado
2016	31/dez/15	Déficit	-260.094.070,37
2017	31/dez/16	Déficit	-2.727.172.622,04
2018	31/dez/17	Superávit	3.031.279.824,16

Nota 1: com relação ao Superávit apresentado na data base 31/12/2017, o Atuário informa o seguinte:
"Os atuais direitos do Fundo estão estimados em R\$ 9,810 bilhões, que comparado com o custo total resulta em um déficit atuarial base de R\$ 11,906 bilhões".
Deduzindo o valor atual dos aportes financeiros previstos no Decreto nº1.269/2017 de R\$ 14,937 bilhões chegamos a um pequeno superávit atuarial com valor atual de R\$ 3,031 bilhões, este valor representa 20,74% das futuras remunerações dos servidores ativos."

2.16. Em que pese a argumentação apresentada pelo Presidente do IPMC que afirma que os recursos arrecadados a título de Taxa de Administração seriam recursos adicionais para custeio de despesas administrativas do IPMC e não recursos previdenciários e que, portanto, na interpretação dele seria legal a devolução dos mesmos recursos ao Tesouro Municipal, a auditoria tem reservas com relação a essa afirmativa, pois tal procedimento no meu sentir enfrenta obstáculos nas legislações federal e municipal que regem os RPPS. Senão vejamos:

Art. 13. São considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS ou ao fundo de previdência de que trata o art. 11, inclusive a totalidade dos créditos do ente instituidor, reconhecidos pelo regime de origem, relativos à compensação financeira disciplinada na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999. (Grifei)

b) Legislação Municipal (art. 23, II; 24, I a V e 25 da Lei Municipal nº 9.626/1999)

Art. 23. O patrimônio do IPMC é formado:

.....

II - pelos bens e direitos que vier a adquirir, inclusive por destinação do Município.

Art. 24. Constituem receitas do IPMC:

I - as parcelas de recursos a ele destinadas, formadas pelas contribuições do Município e dos servidores públicos, ativos e inativos, e dos pensionistas;

II - os recursos constantes das dotações destinadas pelo Município;

III - o produto das aplicações e investimentos realizados com os seus recursos e da alienação de seus bens e direitos;

IV - os aluguéis e outros rendimentos derivados de seus bens e direitos;

V - os recursos financeiros que forem destinados à Entidade.

Art. 25. Os bens e direitos patrimoniais, assim como as receitas não poderão ter destinação diversa da estabelecida na legislação de regência.

2.17. Não se pode perder de vista ainda, o que está estabelecido no Item 50 da Nota Técnica nº 04/2012/CGNAL/DRPSP/SPPS/MPS, de 18/12/2012, considerando os resultados atuariais do RPPS do Município de Curitiba nos últimos anos, especialmente em relação a explicação dada pelo atuário na Nota 1 de rodapé da tabela acima para o resultado superavitário na data base de 31/12/2017, senão vejamos o que se depreende da leitura do dispositivo a seguir:

“50. A restituição de contribuições repassadas pelo ente federativo ao RPPS somente será admissível se forem simultaneamente observadas duas condições: a) terem elas incidido sobre parcelas não incluídas por lei na remuneração de contribuição; b) apresentar o RPPS situação de superávit atuarial, suficiente a autorizar a revisão do plano de custeio, na forma do art. 25 da Portaria MPS nº 403/2008. Atendidas tais condições, a unidade gestora poderá restituir os valores ao ente”.

2.18. Acrescente-se a isso que, além do Tesouro Municipal não ter efetuado o repasse integral mensal do valor da taxa de administração (Exercícios: 2012 e 2015) de maneira regular, por competência, em cumprimento à determinação legal do Município (art. 91-B, PU da Lei nº 9.626/1999), o recurso arrecadado (Taxa de Administração), ainda que não integralmente, esses recursos, inclusive os rendimentos de aplicações financeiras, passaram a fazer parte do conjunto de recursos previdenciários do IPMC (art. 13 da Portaria MPS nº 402/2008).

2.19. Dessa forma, a auditoria entende que é forçoso interpretar a omissão no Artigo 91-B, PU da Lei Municipal nº 9.626, de 08 de julho de 1999, relativamente à constituição de reservas com sobras de custeio de despesas administrativas, no interregno, até a entrada em vigor da Lei Municipal nº 15.042/2017, como uma permissão ao Tesouro Municipal de solicitar ao IPMC a transferência dessas sobras, a título de devolução de Taxa de Administração.

2.20. Reforça esse raciocínio, o fato do Poder Legislativo Municipal ter promovido a alteração de redação do artigo 91-B da Lei Municipal nº 9.626, de 08 de julho de 1999 e parágrafo único, através da Lei Municipal nº 15.042, de 28 de junho de 2017 que, ao contrário do dispositivo anterior, fez a devida correção a tal omissão e passou a prever a constituição de reservas com as sobras do custeio das despesas do exercício, a partir de sua publicação, senão vejamos:

“Art. 91-B. Fica criada a taxa administrativa de 1% (um por cento), incidente sobre o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Curitiba, relativamente ao exercício financeiro anterior, de conformidade com o art. 15 da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008, do Ministério da Previdência Social.

Parágrafo único. O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba – IPMC terá autonomia de utilização da taxa administrativa referida no caput deste artigo, podendo constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa administrativa.” (NR)

3. CONCLUSÃO

3.1. Portanto, diante do que se vê na legislação federal e municipal demonstrada acima, e tudo mais que pôde ser constatado pela auditoria, entende-se que houve utilização de recursos do RPPS com finalidade não previdenciária no procedimento de devolução de valores de taxa de administração ao Tesouro Municipal no período de **JAN/2012 a JUN/2017**, no montante total de **R\$ 179.036.456,73** (valores originários), fato que caracteriza **IRREGULARIDADE** no critério “*Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa*”.

16. Concomitantemente à realização da diligência, encaminhou o Ente novos argumentos e documentos ao Processo, com respeito à irregularidade envolvendo o critério "**Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa**", através do Ofício nº 37/2019/SMFI. O Ente defende que:

16.1. A Lei nº 15.042/2017 instituiu novo modelo de gestão previdenciária, pautado em diretrizes de estrita observância à legislação que, como se verá, era violada desde 2006, buscando a sustentabilidade financeira e atuarial do RPPS através de complexo sistema de medidas, dentre estas: i) instituição de prazo para amortização do déficit atuarial de 35 anos, com base no previsto na Portaria MPS nº 403/2008, art. 18, § 1º; ii) aumento progressivo de alíquotas, tanto patronal (de 22% a 28%) e do servidor (de 11% até 14%); iii) instituição de fundo de previdência complementar para o serviço público municipal; iv) Lei de Responsabilidade Municipal; e v) Lei Orçamentária Anual com inclusão das despesas previdenciárias no orçamento municipal. Como resultado desse programa de recuperação, o cálculo atuarial atual obteve "verdadeiramente e pela primeira vez" superávit atuarial, como restou demonstrado no parecer atuarial.

16.2. Quanto à questão jurídico-legal relativa à base de cálculo da contribuição patronal, a Lei Municipal nº 15.042/2017 pacificou definitivamente o entendimento acerca da extensão da base de cálculo de contribuição patronal, excluindo dela a remuneração dos servidores inativos e pensionistas. Esse entendimento expresso tem como ponto de partida o art. 13, parágrafo único da Lei Municipal nº 9.629/1999 que, embora parecesse estabelecer os proventos de aposentadoria e pensão como base de cálculo, apenas tratava de regra de alíquota, posto que o critério de incidência e a base de cálculo estavam previsto no art. 74 desta Lei.

16.3. Ainda que essa lei pudesse gerar interpretação controversa, a Lei Municipal nº 11.983/2006 consolidou expressamente no art. 74 a limitação da base de cálculo da contribuição patronal aos servidores ativos, revogando, pelo critério de sucessão das leis no tempo, texto anterior da Lei 9.629/1999, que gerava a divergência. Considerando esse fato, pelo menos desde 2006 não seria mais cabível o recolhimento de contribuições a cargo do Ente sobre os proventos de aposentadorias e pensões. Há ainda a previsão do art. 2º da Lei nº 9.717/1998 que limita a contribuição patronal ao dobro da contribuição dos servidores, o que restaria violado, caso a base de cálculo das contribuições patronais integrasse tais benefícios.

16.4. Nesse sentido também concluiu a Instrução nº 0642/2006 da Câmara Municipal de Curitiba, definindo a necessidade de delimitação da base de cálculo da contribuição patronal somente à remuneração dos servidores ativos. Foi em razão disso que já em 2006 foi encaminhado o substitutivo ao projeto de lei, alterando o art. 74 da Lei Municipal nº 9.629/1999 e delimitando a responsabilidade do Município estritamente aos servidores ativos.

16.5. A partir desses fundamentos, entende-se que o RPPS vinha desde 2006 recebendo valores superiores aos legalmente estipulados e, como excedentes, consistindo em indébito repetível. Todavia, a Lei Municipal nº 15.042/2017 estabeleceu que o dever de repetição retroagiria apenas aos últimos cinco anos, "em homenagem à estabilização das relações jurídicas enquanto fundamento axiológico da prescrição".

16.6. A compensação foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1.269/2017, tendo em vista os interesses do próprio RPPS, visto que evitou o resgate de aplicações financeiras para a promoção dos valores apurados na repetição de indébito, o que pôde ser feito através de compensações mensais. A solução também foi adequada para o Município, porque afastou o efeito da mora relativo às contribuições correntes inadimplidas em razão das dificuldades financeiras municipais.

16.7. O entendimento da exigência de superávit atuarial como condição imprescindível para a repetição de indébito, com fundamento na Nota Técnica nº 04/2012-CGNAL, é equivocado, não sendo razoável tal imposição para que uma obrigação jurídica incontornável seja cumprida. Para entender tal assertiva, basta verificar que a quase totalidade das capitais brasileiras apresenta situação de déficit atuarial em seus RPPS. "A consequência da exigência em questão, aqui examinada criticamente, é simplesmente a seguinte: quase todos os RPPS brasileiros poderão enriquecer ilícitamente, de modo que, se eventualmente receberem valores a maior, ilegalmente repassados, terão a imperial faculdade de não devolvê-los jamais (como, contudo, determina cogentemente a regra que proíbe o enriquecimento sem causa)".

16.8. Contudo, no caso específico de Curitiba, mesmo que observada essa exigência do superávit atuarial como condição para a repetição dos indébitos, este seria cabível, posto que após as reformas previdenciárias municipais, o RPPS de Curitiba está superavitário. Dessa forma, o requisito, ainda que questionável juridicamente, foi equivocadamente aplicado no caso da previdência municipal de Curitiba, que é hoje superavitária.

16.9. O ato administrativo que condiciona a repetição do indébito à existência de superávit atuarial no RPPS é hierarquicamente inferior à lei formal que a autoriza, não podendo a ele se sobrepor. Além disso, implica violação ao princípio constitucional de separação dos poderes. Em razão disso, haveria uma dupla violação, não só à Lei Municipal nº 15.042/2017, mas também ao Código Civil, art. 884 e demais dispositivos legais, que vedam o enriquecimento sem causa. Aliás, é por essa razão que o Poder Judiciário vem sistematicamente concedendo liminares à obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), entendendo que o poder de regulamentação do Executivo Federal, através da Secretaria de Previdência, não pode ser exercido de modo a se sobrepor às leis federais, estaduais ou municipais.

16.10. Exemplificando o descabimento da exigência, tornando impossível a devolução de um repasse - mesmo que ilegal -, imagine-se que um agente público responsável pelo repasse das contribuições ao RPPS, por escusável lapso, acrescente um zero a mais no valor a ser repassado. Neste caso, particularmente ilustrativo, de absoluta e evidente ilegalidade da transferência, a submissão à Nota Técnica resultaria na permanência do RPPS com os valores decuplicados até que não houvesse mais déficit atuarial, enquanto os serviços públicos dependentes desses recursos teriam que aguardar o período necessário ao reequilíbrio atuarial definitivo. Se é possível reconhecer o absurdo da situação no exemplo dado, que foi gerado de um mero lapso, mais razão ainda devem evidenciar quando esse indébito resulta de repasse vedado pela lei.

16.11. A condição exigida na Nota Técnica causa um esvaziamento de todo conteúdo prático das

disposições legais relativas ao enriquecimento sem causa, repetição de indébito etc. Todos os RPPS teriam a faculdade potestativa de se sobrepor à lei e enriquecerem ilícitamente, até o dia em que se tornassem superavitários.

16.12. Tal condição traz ainda como consequência a exigência à Administração Pública de renúncia ao seu dever de proteger as finanças públicas, não podendo exigir a restituição dos valores que saíssem do Tesouro em desacordo com a lei, "e mais: exigiria inclusive que os agentes públicos da Administração Municipal e do RPPS simplesmente violassem a Lei Municipal nº 15.042/2017, incorrendo em prática tipificada como improbidade administrativa!"

16.13. A desobediência dos agentes públicos em promover a repetição do indébito previdenciário, estabelecido em lei em sentido estrito e formal, implicaria na tipificação de improbidade administrativa (art. 11, incisos I e II, da Lei 8.429/1992) e crime de responsabilidade (art. 1º, XIV, do Decreto-Lei nº 201/1967).

16.14. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) teve acrescentada pela Lei nº 13.655/2018 diversas normas destinadas a aumentar a segurança jurídica em relação ao agir administrativo, especialmente nos arts. 20 a 25, dentre os quais se destacam a exigência de que em decisões judiciais ou administrativas sobre atos praticados por servidores públicos haja fundamentação concreta e específica (art. 20), seja promovida análise específica das consequências das mesmas decisões (art. 21), as circunstâncias práticas dos atos em análise (art. 22) e estabelecidas regras de transição em caso de mudança de entendimento (art. 23).

16.15. Por fim, já houve posicionamento favorável à repetição do indébito entre o RPPS de Curitiba e do Município pela SRPPS, através do Parecer nº 102/2015/SRPPS. À época, a auditoria da Secretaria Municipal de Finanças detectou repasses a maior da contribuição patronal e promoveu, por atos administrativos unilaterais, isto é, sem consulta ao Ministério da Previdência e ao Conselho de Administração do RPPS, saques de R\$ 51.251.806,21 das contas do RPPS. Na ocasião, o RPPS não possuía superávit atuarial, mas obteve aquiescência da SRPPS. "Pela importância do contraste injustificável entre o entendimento da SRPPS de antes e o de agora, citem-se os próprios termos do Parecer nº 102/2015/SRPPS":

... pelo próprio conceito da compensação financeira, ou seja, a forma de extinção de duas obrigações recíprocas, no caso o Tesouro Municipal devedor dos aportes mensais e o IPMC credor desses aportes e o IPMC devedor de valores decorrentes de aportes anteriormente feitos a maior, portanto recursos de mesma natureza, entendemos **não haver óbice à medida**, salientando a necessidade de adequar a atualização dos valores para o momento da operação.

16.16. Por todas essas razões, a conclusão é a inexistência da situação de superávit atuarial para que haja repetição de indébito, seja porque a) ultrapassa a competência do órgão administrativo, violando o princípio da separação dos poderes; ou b) essa exigência foi estabelecida por mero ato administrativo, não podendo por isso se sobrepor à lei; ou em razão de que c) "é materialmente constitucional e ilegal, ao viabilizar enriquecimento sem causa ao RPPS, em nítido prejuízo às demais prioridades governamentais. Ainda, assim, tal requisito está plenamente atendido, já que o RPPS do Município de Curitiba está atualmente superavitário.

17. Acerca da desconformidade atribuída ao critério "*Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa*", objeto da diligência fiscal, o interessado apresentou seus argumentos através dos Ofícios nº 052/2019-GAB/IPMC e nº 059/2019-GAB/IPMC, respectivamente, de 08 e 12 de março de 2019, apreciados no Despacho de Justificativas SEI nº 58/2019, cujos principais argumentos são reproduzidos abaixo:

17.1. **052/2019-GAB/IPMC**, de 08 de março de 2019:

Em virtude do resultado de auditoria efetuada pela Coordenação-Geral de Auditoria e Contencioso - CGAUC (NAF nº 134/2017) dessa Subsecretaria, ocorrida em outubro de 2017, foi apontada irregularidade no critério "Utilização dos Recursos Previdenciários", devido à devolução de recursos da Taxa de Administração ao Tesouro Municipal, no período compreendido de janeiro de 2012 a junho de 2017.

Considerando-se a sistemática adotada pelo Município de Curitiba para o repasse da taxa de administração, vem este RPPS apresentar material explicativo com o objetivo de elucidar a questão supra citada através de relatórios e documentos complementares, os quais demonstram que os recursos financeiros que compõem o lastro da taxa de administração são originários do Tesouro Municipal, repassados como alíquota adicional para custeio administrativo, não fazendo parte de quota das contribuições patronais, nem tampouco oriundas de rendimento financeiro do patrimônio previdenciário do Instituto de Previdência do Município de Curitiba - IPMC.

17.2. **059/2019-GAB/IPMC**, de 12 de março de 2019:

Vimos perante Vossa Senhoria reiterar o conteúdo do Ofício nº 052/2019-GAB/IPMC e solicitar que o mesmo seja anexado ao PAP nº 134/2017 referente à NAF nº 134/2017, juntamente com os documentos que o acompanharam.

O referido Ofício visa a análise do critério "Utilização dos Recursos Previdenciários" (Taxa de Administração) considerado irregular, mas certamente as justificativas encaminhadas irão alterar a conclusão a que chegaram os auditores-fiscais naquela oportunidade.

Outrossim, solicitamos que o critério acima citado permaneça "em análise" até futuro despacho de justificativas, ficando este IPMC e o Município de Curitiba à disposição para eventual nova auditoria fiscal.

Por fim, requer-se nova solicitação dessa Secretaria, com base no art. 17 da Portaria MPS nº 530/2014.

18. Da retrospectiva do Processo trazida em síntese nos itens precedentes, tem-se que remanesce a irregularidade em relação aos critérios "*Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*" e "*Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa*". A seguir serão reexaminadas as razões e contrarrazões consignadas no processo, tendo como fatos novos a Informação da Auditoria Direta - Diligência SEI nº 16/2019 e a oposição apresentada pelo Ente através do Ofício nº 37/2019/SMFI, de 03 de julho de 2019.

19. Quanto ao critério "*Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*", o quadro abaixo apresenta o sumário dos débitos que fundamentam a presente irregularidade atribuída ao critério:

MUNICÍPIO DE CURITIBA DÉBITO DE DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA					
Comp.	Contribuição (Ativos)	Contribuição (Apos/Pens)	Aporte Cobertura Déficit Lei nº 12.821/2008	TAPD nº 723/2016	TAPD nº 132/2017
set/16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
out/16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
nov/16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
dez/16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
dez/16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
jan/17	0,00	0,00	34.110.706,44	0,00	0,00
fev/17	0,00	15.160.723,04	34.909.050,82	0,00	0,00
mar/17	0,00	15.047.368,73	35.035.810,36	0,00	0,00
abr/17	0,00	15.612.428,01	36.795.027,69	0,00	0,00
mai/17	0,00	15.855.409,40	37.785.777,84	0,00	0,00
jun/17	31.145.808,98	0,00	0,00	4.137.909,55	1.602.968,26
jul/17	30.634.823,54	0,00	0,00	4.145.059,59	1.606.041,31
ago/17	29.989.669,09	0,00	0,00	4.171.767,32	1.616.600,18
Total	91.770.301,61	61.675.929,18	178.636.373,15	12.454.736,46	4.825.609,75
TOTAL GERAL					349.362.950,15

20. A origem desses débitos está na Lei Municipal nº 15.042/2017, que determina nos arts. 2º e 3º:

Art. 2º Para efeito de interpretação do art. 13, parágrafo único, e do art. 74 da Lei nº 9.626, de 8 de julho de 1999, a contribuição patronal de responsabilidade do Município relativa à previdência se restringe aos servidores ativos, sendo defeso o seu custeio relativamente aos servidores inativos e pensionistas.

Art. 3º Quanto ao art. 2º desta lei, observar-se-á o disposto no inciso I do art. 106 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. **O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba - IPMC repetirá ao Tesouro Municipal os valores pagos pelo Município de Curitiba a título de contribuição patronal de inativos e pensionistas nos últimos cinco anos**, devidamente atualizados pelo INPC, sem cômputo de juros moratórios. (grifos acrescidos)

21. A partir da autorização legal, teve início a compensação mensal de valores, que resultou nos débitos apurados na auditoria, conforme resumo no quadro abaixo, com total do crédito a compensar no valor de **R\$ 692.460.115,02**, que é o montante dos valores repassados de contribuição patronal sobre aposentados e pensionistas nos últimos 5 anos, atualizado conforme determinação da lei municipal:

CONTROLE DO VALOR REPETIDO E COMPENSADO COM SALDO REMANESCENTE			
Discriminação	jun/17	jul/17	ago/17
Contribuição Patronal de Inativos (Aposentados e Pensionistas) últimos 5 anos - Valor atualizado no mês base	692.460.115,02	423.506.556,11	387.003.266,53
Contribuição Patronal Servidores Ativos (Valor no mês base a ser desconto)	-31.145.808,98	-30.636.052,86	-29.989.669,09
Desconto do valor da 9ª/10ª/11ª prestação do TP nº 723/2016	-4.137.909,55	-4.145.059,59	-4.171.767,32
Desconto do valor da 4ª/5ª/6ª prestação do TP nº 132/2017	-1.602.968,26	-1.606.041,31	-1.616.600,18
Equacionamento do Déficit Atuarial (Base 2017) a ser desconto	-232.785.611,41	-	-
SALDO REMANESCENTE (Valor atualizado no mês base)	422.787.816,82	387.119.402,35	351.225.229,94

22. Verifica-se que não consta da compensação, por óbvio, os débitos de contribuição patronal sobre os proventos de aposentadoria e pensão apurados na auditoria, não mais reconhecidos como devidos pelo Ente, posto que é o fundamento da repetição do indébito previsto na lei municipal.

23. De acordo com o entendimento firmado na auditoria e ratificado na Decisão de Recurso SEI nº 27/2018, não é cabível a compensação proposta no Ente porque o RPPS apresenta situação de desequilíbrio financeiro e atuarial, que desautorizam a referida compensação. Esse entendimento está consubstanciado na Nota Técnica nº 04/2012/CGNAL-CGACI/DRPSP/SPPS/MPS, de 18/12/2012, que define como requisitos a autorizar a compensação: a) incidência de contribuição previdenciária sobre parcelas não incluídas por lei na remuneração de contribuição; b) apresentar o RPPS situação de superávit atuarial. Por entenderem que o Regime Próprio não atende à segunda premissa, concluem por não cabível a compensação de valores, visto que ela agravaria a situação deficitária do Sistema Previdenciário Municipal.

24. Entretanto, considerando os argumentos e documentos probatórios do interessado, é possível infirmar o entendimento das decisões precedentes, em razão de fatos distintivos no presente caso que autorizam a revisão da tese já posta.

25. Inicialmente, importante registrar que a Lei Municipal nº 11.983, de 9/11/2006, alterou o art. 74 da Lei nº 9.626/1999, excluindo da base de cálculo das contribuições patronais os proventos de aposentadoria e pensão, como se extrai do texto original da lei e do texto alterado pela lei posterior:

Art. 74. O Município, suas autarquias e fundações são responsáveis diretas e exclusivas em face do Sistema de Seguridade e de suas Entidades **pelo pagamento de suas contribuições, e pelo repasse daquelas dos servidores ativos e dos pensionistas. (texto original)**

Art. 74. O Município, suas autarquias e fundações, são responsáveis diretos e exclusivos em face do Sistema de Seguridade e de suas Entidades, **pelo repasse das contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas e pelo pagamento da contribuição patronal relativa aos seus servidores ativos. (texto alterado pela Lei 11.983/2006)** (grifos acrescidos)

26. Após essa alteração promovida na Lei Municipal nº 9.626/1999, restou no mesmo ato normativo as seguintes previsões:

Art. 13 O Município de Curitiba, através de sua administração direta, autárquica e fundacional e a Câmara Municipal de Curitiba, deve contribuir para o Sistema de Seguridade com:

I - o percentual de 3,65% (três vírgula sessenta e cinco por cento) para a entidade de assistência à saúde;

I - o percentual de 22,00% (vinte dois por cento) para o Regime Próprio de Previdência Social (Redação dada pela Lei nº 11.540/2005)

Parágrafo Único. **Os percentuais indicados nos incisos I e II deste artigo devem incidir sobre o valor bruto da remuneração e gratificação natalina dos servidores ativos, inativos e pensionistas**, excluídas, no caso de servidores ativos, as verbas não suscetíveis de incorporação aos proventos de aposentadoria. **(Redação dada pela Lei nº 11.540/2005)**
[...]

Art. 74. O Município, suas autarquias e fundações, são responsáveis diretos e exclusivos em face do Sistema de Seguridade e de suas Entidades, pelo repasse das contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas e **pelo pagamento da contribuição patronal relativa aos seus servidores ativos. (texto alterado pela Lei 11.983/2006)** (grifos acrescidos)

27. Percebe-se que há um aparente conflito de dispositivos dentro da mesma norma, sendo uma alteração posterior a outra, o que impõe uma análise interpretativa das regras vigentes. De acordo com o art. 2º, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. Aplicando essa solução a antinomia presente, facilmente se deduz que houve revogação tácita da regra do parágrafo único do art. 13 da Lei Municipal nº 9.626/1999, não cabendo mais a incidência de contribuição patronal sobre os proventos de aposentadoria e pensões. Esse entendimento é ratificado pelo Parecer exposto pela Câmara Municipal de Curitiba, através da Instrução nº 642/2006, durante o trâmite de aprovação da Lei Municipal nº 11.983/2006, do qual se extrai o seguinte trecho:

[...] a retenção desse valor (contribuição de inativos e pensionistas) deve ser efetuada já no momento do pagamento do benefício, sendo o registro idêntico ao da folha dos servidores próprios do RPPS, e a contabilização da contribuição patronal da folha do RPPS deve ser feita apenas via sistema de compensação, **ficando claro, desta forma, que não existe vinculação patronal entre servidor aposentado e o pensionista com o órgão onde exerceu sua atividade laborativa**, como pretende a presente proposta. Entidade patronal é aquela que faz o pagamento.

Mesmo se aprovada a proposição da forma como se encontra, haveria impossibilidade de sua aplicação, uma vez que, de acordo com o que dispõe os artigos

13 e 14 da Lei Municipal nº 9.626, de 08 de julho de 1999, com as respectivas alterações, a **contribuição do Município de Curitiba para o regime próprio de previdência (contribuição patronal) está estabelecida em 22% (vinte e dois por cento) sobre os valores creditados em folha de pagamento do total das remunerações dos servidores ativos, inativos e pensionistas, cabendo a estes contribuir com o percentual de 11% (onze por cento) de suas remunerações, ou seja, a contribuição do Município já é o dobro da contribuição do servidor ativo**, e o art. 2º da Lei Federal nº 9.717 proíbe expressamente que a contribuição patronal seja superior ao dobro do valor da contribuição do servidor em atividade. (grifos acrescidos)

28. Constata-se, então, que a intenção do legislador foi exatamente a de corrigir a previsão anterior da norma, que contrariava a limitação expressa da Lei Geral do RPPS, excluindo a previsão de contribuição patronal sobre os proventos de aposentadoria e as pensões. Dentro desse entendimento, com a vigência da Lei Municipal nº 11.983/2006 houve o afastamento dessa base de incidência das contribuições previdenciárias patronais.

29. Isto posto, dentro do inafastável princípio da legalidade, expresso no art. 37 da Constituição Federal, tem-se como corolário da Administração Pública que somente é autorizado ao agente que atua em nome do Estado fazer o que a lei determina. Como leciona Hely Lopes Meirelles:

A legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

30. Disto se depreende que, com a alteração da Lei Municipal nº 11.983/2006, fazer incidir contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadoria e as pensões passou a representar ato administrativo *contra legem*. Embora os repasses das contribuições tenham permanecido sendo feitos regularmente até 2017, como afirmam os responsáveis pelo Ente e registra o auditor no Relatório, tal reiteração não afasta a previsão da norma, não retirando, portanto, a impropriedade do ato administrativo.

31. A Lei Municipal nº 15.042/2017 fez nova alteração no texto da Lei Municipal nº 9.626/1999, dessa vez deixando expresso no seu art. 2º a interpretação do art. 13, parágrafo único, e do art. 74 da Lei nº 9.626/1999, de contribuição patronal somente sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos, vedando a incidência de contribuição do Ente sobre aposentadorias e pensões. Percebe-se que não se trata de uma alteração da norma, mas de esclarecimento acerca de dispositivo normativo já posto e vigente, o que não autoriza a interpretar contrariamente no período anterior a esse texto.

32. A controvérsia acerca da irregularidade aqui debatida repousa no cabimento de compensação de valores dos repasse de contribuições patronais sobre os proventos e pensões, relativos aos cinco anos anteriores a esta Lei. O entendimento que ora se assenta nesta Análise é do cabimento da repetição do indébito das contribuições previdenciárias indevidamente recolhidas ao IPMC, em submissão aos princípios da legalidade e da supremacia do interesse público.

33. Considerando que havia norma positivando a limitação da base contributiva do Ente desde 2006, os atos praticados em inobservância da determinação legal constituem atos nulos e, portanto, passíveis de afastamento ou revisão. Quanto ao requisito de validade dos atos públicos, assim orienta José dos Santos Carvalho Filho:

Validade é a situação jurídica que resulta da conformidade do ato com a lei ou com outro ato de grau mais elevado. Se o ato não se compatibiliza com a norma superior, a situação, ao contrário, é de invalidade.

[...]

Quando no referirmos à invalidação, emprestaremos ao instituto sentido amplo, abrangendo a nulidade a a anulabilidade, e dando realce ao fator, que nos parece deveras relevante - a existência de vício inquinando alguns dos elementos do ato.

O pressuposto da invalidação é exatamente a presença do vício de legalidade. Como já examinamos, o ato administrativo precisa observar seus requisitos de validade para que possa produzir normalmente os seus efeitos. Sem eles, o ato não poderá ter a eficácia desejada pelo administrador. (Manual de Direito Administrativo. 31ª edição. São Paulo: ed. Atlas, 2017, p. 133 e 160)

34. Reconhecido que o ato administrativo estava inquinado por algum vício, pode ser ele invalidado pela própria administração, decidindo acerca dos efeitos a serem convalidados, tendo por norte o interesse público envolvido, e dentro da prerrogativa de autotutela conferida ao Poder Público. Nesse sentido foram editadas as Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal:

Súmula 346. A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Tese de Repercussão Geral: **Ao Estado é facultada a revogação de atos que reputa ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo.**

Súmula 473. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

35. Entende-se que estão devidamente atendidos os requisitos atinentes no caso em tela, decidindo a administração pública pelo desfazimento dos atos, considerando prazo prescricional de cinco anos e a estabilização das relações jurídicas anteriormente a esse prazo. A compensação foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1.269/2017, que definiu a compensação das contribuições indevidamente repassadas com as obrigações correntes do Município com o IPMC, através de formalização mensal do valor repetido e da informação do saldo remanescente atualizado, conforme exposto na tabela do item 20.

36. Há ainda que se demonstrar o *distinguishing* para a não aplicação da Nota Técnica nº 04/2012-CGNAL à presente situação. O escopo de análise da Nota Técnica são as contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas de caráter temporário ou indenizatório. Isto é, trata de questões de interpretação do dispositivo legal que define a remuneração de contribuição previdenciária, com o fito de conciliar, tanto quanto possível, a remuneração de contribuição (base de cálculo) com a remuneração do cargo efetivo, como critério de justiça no financiamento dos regimes próprios. Nesse intento, é lícito que, à luz da determinação constitucional e legal do equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes, busque-se, a partir de orientação adequada e técnica, coibir interpretações díspares sobre a contributividade do sistema, como proteção aos recursos previdenciários.

37. Na situação em análise, diversamente, o que se tem é o uso indevido de recursos públicos, por carência de disposição legal que o suporte. Ou seja, trata-se de recursos vertidos ao Órgão Gestor da Previdência em dissonância com a lei do ente federativo, o que inflige ao ato administrativo a condição de invalidade. Dentro dessa compreensão, ainda que notórios os reflexos dessa repetição de indébito no equilíbrio financeiro e atuarial do regime, não é admissível usar esse argumento como fundamento de afronta à legalidade.

38. Todavia, por previsão do art. 40 da Constituição Federal, é imperativo que o Ente federativo assegure aos servidores efetivos o equilíbrio financeiro e atuarial do regime. Considerando que as avaliações atuariais anuais do IPMC vêm sendo feitas com base em premissas infundadas, ao considerar como receita do plano valores não suportados por previsão legal, **deverá ser promovida reavaliação atuarial do regime, a partir da nova situação fática e das regras definidas a partir da Lei Municipal nº 15.042/2017, buscando assegurar o Equilíbrio Financeiro e Atuarial do RPPS**. A regularidade nesse critério será aferida mediante controle da Coordenação-Geral de Atuaria, Contabilidade e Investimentos (CGACI), da SRPPS.

39. Como se depreende do exposto, o reconhecimento da validade da compensação de valores, por fundamento no princípio da legalidade, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, não afasta a obrigatoriedade do Ente de atender concomitantemente ao equilíbrio financeiro e atuarial, exigido no art. 40, *caput*, da mesma Carta, ao contrário, antes reafirma a compatibilidade entre os princípios e regras constitucionais.

40. De todo o exposto, conclui-se pelo acatamento da compensação de valores empreendida pelo Ente e, a partir disso, entende por prejudicados os débitos apurados na auditoria que, conforme demonstrado da documentação acostada aos autos, foram devidamente compensados no período. Portanto, **considerando** que o ente apresentou provas e argumentos suficientes para repelir os fundamentos expostos na auditoria e mantidos integralmente na Decisão precedente, CONCLUI-SE pela alteração de "IRREGULAR" para "REGULAR" no critério "**Caráter contributivo (Repasso) - Decisão Administrativa**".

41. Passando agora à análise do critério "**Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa**", conforme já informado acima, foi baixado em diligência o processo, requerendo ação da auditoria direta para, a partir de Informação Fiscal, responder aos seguintes questionamentos:

- a) Se houve sobras do custeio administrativo (taxa de administração) e, em caso afirmativo, se as mesmas foram ou não incluídas no ativo do plano de avaliação atuarial para efeito de apuração da reserva matemática;
- b) O saldo inicial da conta de despesas administrativas do exercício 2012;
- c) O valor dos rendimentos das aplicações financeiras;
- d) O valor do repasse à Unidade Gestora de recursos para a cobertura das despesas administrativas;
- e) O valor das despesas administrativas realizadas; e,
- f) O valor efetivamente devolvido ao Tesouro Municipal.

42. Das respostas trazidas na Informação Fiscal, colige-se as seguintes conclusões:

I - Houve sobra do custeio administrativo nos exercícios objeto da auditoria, mas as avaliações atuariais destacam que não houve carregamento para o custeio das despesas administrativas, por considerarem que esta despesa é paga ou reembolsada pela Prefeitura, adicionalmente às suas alíquotas de contribuição.

II - O saldo inicial do exercício 2012 é de R\$ 8.663.223,67, conforme declarado pelo Ente, posto que não contestado ou informado valor diverso pelo auditor;

III - Os rendimentos das aplicações da conta de taxa de administração também não foram informados pela auditoria, mas constam dos documentos, notadamente os extratos bancários dos investimentos, anexos ao Processo;

IV - O valor do repasse à Unidade Gestora de recursos para a cobertura das despesas administrativas foram revisados pelo auditor e estão dispostos nas tabelas que constam da Informação Fiscal;

V - O valor das despesas realizadas também estão informados ano a ano, assim como os valores efetivamente devolvidos ao Tesouro Municipal.

43. A taxa de administração tem fundamento na Lei Municipal nº 9.626/1999, com alteração das Leis 11.302/2004 e 11.540/2005, transcrito abaixo:

Art. 91 B - Fica criada a taxa administrativa de 2% (dois por cento), incidente sobre o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Curitiba, relativamente ao exercício financeiro anterior, de conformidade com o art. 17 e § 3º da Portaria nº 4.992, de 5 de fevereiro de 1999, com a redação dada pela Portaria nº 1.317, de 17 de setembro de 2003, do Ministério da Previdência Social. (Redação dada pela Lei nº 11540/2005)

Parágrafo Único. O valor total da taxa referida no "caput" do presente artigo será repassado ao Regime Próprio de Previdência Social pela Administração Direta, Autarquias, Fundações e Câmara Municipal de Curitiba, dividido em 12 (doze) parcelas mensais iguais, no exercício subsequente àquele que serviu de base para o cálculo da taxa. (Redação acrescida pela Lei nº 11302/2004)

44. De acordo com os argumentos apresentados pelo interessado, a adoção da prática de devolução dos recursos da taxa de administração ao tesouro municipal tem como amparo ainda as instruções normativas do Tribunal de Contas, das quais se transcreve abaixo trecho da Instrução Normativa nº 058/2011:

Art. 31. O saldo de interferências financeiras repassadas e não utilizadas, já descontado o numerário suficiente para a cobertura de compromissos existentes no passivo financeiro do Poder Legislativo e de Entidades descentralizadas mantidas com recursos do tesouro, deve ser devolvido ao Poder Executivo no encerramento do exercício.

§ 1º Desde que autorizado por lei, o saldo de que trata o *caput* poderá ser mantido na Entidade da administração descentralizada a título de antecipação de cotas financeiras do exercício seguinte.

45. Dessa feita, entendem que, por não se tratar de recursos previdenciários, não compondo as alíquotas de contribuição previdenciária, e tendo como finalidade a cobertura de despesas administrativas, por previsão da lei local, não há qualquer óbice ao procedimento de devolução dos recursos não utilizados ao tesouro municipal, visto que não são receitas do IPMC.

46. Diversamente, sustenta o auditor na Informação Fiscal que tais procedimentos encontram resistência nas normas federais que disciplinam o RPPS, exemplificado no art. 13 da Portaria 402/2008, reproduzido abaixo:

Art. 13. São considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS ou ao fundo de previdência de que trata o art. 11, inclusive a totalidade dos créditos do ente instituidor, reconhecidos pelo regime de origem, relativos à compensação financeira disciplinada na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999. (grifos do auditor)

47. E ainda na própria Legislação Municipal, também trazida abaixo:

Lei nº 9.626/1999.

Art. 23. O patrimônio do IPMC é formado:

.....

II - pelos bens e direitos que vier a adquirir, inclusive por destinação do Município.

Art. 24. Constituem receitas do IPMC:

I - as parcelas de recursos a ele destinadas, formadas pelas contribuições do Município e dos servidores públicos, ativos e inativos, e dos pensionistas;

II - os recursos constantes das dotações destinadas pelo Município;

III - o produto das aplicações e investimentos realizados com os seus recursos e da alienação de seus bens e direitos;

IV - os aluguéis e outros rendimentos derivados de seus bens e direitos;

V - os recursos financeiros que forem destinados à Entidade.

Art. 25. Os bens e direitos patrimoniais, assim como as receitas não poderão ter destinação diversa da estabelecida na legislação de regência.

48. Da apuração dos dados apresentadas na Informação Fiscal e da documentação apensada ao Processo, tem-se o seguinte quadro geral, quanto ao repasse de recursos para cobertura de despesas administrativas e sua devolução ao tesouro municipal:

VALORES DE RECURSOS DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO NO PERÍODO DA AUDITORIA						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
SALDO INICIAL	8.663.223,67	8.593.180,71	16.271.496,83	9.371.713,72	9.082.052,18	6.725.558,16
RENDIMENTOS	1.535.956,40	81.232,61	797.231,53	391.928,93	286.108,43	276.162,04
REPASSE	24.435.957,88	34.260.803,28	35.733.072,12	41.720.020,56	46.719.563,40	26.982.147,18
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-12.182.948,61	-8.075.796,47	-8.578.143,05	-7.942.998,30	-9.249.790,92	-8.736.500,67
RESULTADO DO EXERCÍCIO	22.452.189,34	34.778.187,52	43.426.425,90	43.148.735,98	46.551.824,66	24.971.204,67
DEVOLUÇÃO	-	-	-	-	-	-
	13.859.008,63	18.506.690,69	34.054.712,18	34.066.683,80	39.826.266,50	22.102.947,61
SALDO FINAL	8.593.180,71	16.271.496,83	9.371.713,72	9.082.052,18	6.725.558,16	2.868.257,06

49. Verifica-se que as movimentações de repasse e devolução dos recursos da Taxa de Administração resultaram em saldo positivo ao final do período da auditoria, de R\$ 2.868.257,06, desconsiderando os débitos apurados pelo não repasse integral das parcelas mensais definidas em lei. Após esse período, foi aprovada a Lei Municipal nº 15.042/2017 que, alterando a sistemática de repasse da taxa administrativa, redimensionou-a para 1%, decidindo ainda acerca da possibilidade de constituição de reservas com as sobras.

50. Analisando o art. 23 da Lei nº 9.626/1999, não se pode afirmar que a taxa administrativa está elencada no rol das receitas patrimoniais do IPMC. Por isso, tal asserção dependeria de análise de outros normativos ou documentos do RPPS que legitimassem tal interpretação da norma. Ao se investigar tais indícios, o que se obtém é a refutação desse argumento, ante os procedimentos administrativos para devolução desses recursos realizados com amparo em norma emanada do Tribunal de Contas.

51. Considerando os argumentos expostos acima, não se identifica impedimento à devolução dos recursos da taxa de administração, dado que não compõem o rol dos recursos previdenciários, por carência de previsão expressa, nem adquirem essa natureza por serem repassados ao IPMC, visto que estão legalmente destinados à cobertura das despesas administrativas do RPPS. Esse entendimento se consubstancia também na comprovação de que não foram gastos recursos previdenciários para o pagamento de despesas administrativas do RPPS nem para devolução dos recursos da taxa administrativa ao Município, visto estar comprovado que a devolução dos recursos se deu dentro do limite do repasse da taxa administrativa.

52. Tal entendimento é ainda corroborado pelas avaliações atuariais que expressamente excluem a previsão de custeio para as despesas administrativas do Instituto, como afirmado na Informação Fiscal.

53. Nesse sentido é também a previsão da Instrução Normativa do TCE/PR, porquanto, se os recursos repassados cumpriram sua finalidade, assegurando a manutenção das atividades administrativas da Unidade Gestora do RPPS, é lícito permitir a sua devolução aos cofres municipais, onde deverão atender as demais obrigações públicas e necessidades dos administrados. Considerando que os recursos públicos são limitados e existem por força do financiamento da coletividade, deve-se, respeitando o princípio da economicidade e da eficiência que servem de esteio à gestão pública, otimizar o seu uso, obtendo deles o melhor benefício.

54. Respeitando a autonomia do ente federativo em legislar sobre a gestão municipal, verifica-se pelos atos administrativos adotados na sistemática da taxa de administração que a Prefeitura de Curitiba estipulou a taxa administrativa como um financiamento específico para as despesas administrativas; estando elas atendidas, desnecessário e infundado se manter o repasse de recursos que fatalmente seriam devolvidos ao final do exercício, por instrução do TCE/PR e determinação do ente.

55. Pelo que foi analisado acima, entende-se não haver fundamento para a manutenção da irregularidade por utilização indevida dos recursos do RPPS, orientando-se pela reforma do entendimento anteriormente firmado.

DA CONCLUSÃO

56. Diante do exposto, concluo, com fulcro no art. 18 da Portaria MPS nº 530, de 24 de novembro de 2014, que os argumentos e documentação carreada aos autos **autoriza a revisão do entendimento firmado** na Decisão de Recurso SEI nº 27/2018/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV-MF, de 14 de novembro de 2018.

DA PROPOSIÇÃO

57. Propõe-se, em consonância com o § 2º do artigo 8º da Portaria MPS nº 530, de 24/11/2014:

- a) Receber e conhecer do Recurso Administrativo;
- b) ALTERAR, no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV, o *status* atribuído ao critério “**Caráter contributivo (Repasse) – Decisão Administrativa**”, de “Irregular” para “**REGULAR**”, e “**Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa**”, de “Em análise” para “**REGULAR**”;
- c) Notificar o ente federativo da presente Decisão;
- d) Encaminhar cópia da presente Decisão ao gestor da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Curitiba/PR, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba - IPMC, para conhecimento.

58. Nada obstante, em submissão a mandamento constitucional, uma vez consolidados os atos administrativos abordados na presente Decisão, e considerando os reflexos atuariais deles decorrentes, conforme referido no item 38, reitere-se ao Ente o múnus de alcançar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, a partir da revisão da segregação da massa ou plano de amortização que assegure esse equilíbrio, submetida à análise da Coordenação-Geral de Atuária, Contabilidade e Investimentos (CGACI), conforme prevê o art. 13, inciso V, da Portaria MPS nº 402/2008.

59. **É A ANÁLISE**

Brasília-DF, 30 de agosto de 2019.

Documento assinado eletronicamente

MADSLEINE LEANDRO PINHEIRO DA SILVA

Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Matrícula - 1.368.117

II- DA DECISÃO DE REVISÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

1. DE TODO O EXPOSTO, **considerando** a análise retro procedida no Recurso Administrativo e, considerando tudo o mais que dos autos consta, **RESOLVO**, com fulcro no § 2º do artigo 8º e artigo 18 da Portaria MPS nº 530, de 24 de novembro de 2014, conhecer do Recurso e, no mérito, acatar a Análise do Recurso Administrativo e proferir a presente Decisão, para determinar a alteração do *status* dos critérios “**Caráter contributivo (Repasse) – Decisão Administrativa**” e “**Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa**” para “**REGULAR**”;

DECIDO:

- a) **Notificar** o ente federativo da presente Decisão;
 - b) **Determinar** a adoção das medidas propostas, com vistas a alterar no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV a situação do critério “**Caráter contributivo (Repasse) – Decisão Administrativa**”, de “Irregular” para “**REGULAR**” e “**Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa**”, de “Em análise” para “**REGULAR**”;
 - c) **Encaminhar** cópia do presente julgado ao gestor da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Curitiba/PR, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba - IPMC, para conhecimento;
 - d) **Extinguir** o Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 10133.101778/2017-30 e promover o seu arquivamento, de acordo com os artigos 52 e 69 da Lei nº 9.784/1999.
2. Retornem-se os autos à Coordenação de Contencioso Administrativo Previdenciário, da Coordenação-Geral de Auditoria e Contencioso - CGAUC, para as providências pertinentes.

Brasília-DF, 30 de agosto de 2019.

Documento assinado eletronicamente

ALEX ALBERT RODRIGUES

Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social - SRPPS



Documento assinado eletronicamente por **Madsleine Leandro Pinheiro da Silva, Auditor(a) Fiscal**, em 30/08/2019, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alex Albert Rodrigues, Subsecretário(a) dos Regimes Próprios de Previdência Social**, em 04/09/2019, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3743104** e o código CRC **9A35C981**.